

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

TRAJANO MARTINS REZENDE

UMA VISÃO PELOS OLHOS DE QUEM NÃO VÊ: O ESTUDO DE CASO DA
INCLUSÃO DO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Anápolis

2018

TRAJANO MARTINS REZENDE

UMA VISÃO PELOS OLHOS DE QUEM NÃO VÊ: O ESTUDO DE CASO DA
INCLUSÃO DO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária sob orientação do Prof^o Me. Wilian Cândido.

Anápolis

2018

TRAJANO MARTINS REZENDE

UMA VISÃO PELOS OLHOS DE QUEM NÃO VÊ: O ESTUDO DE CASO DA
INCLUSÃO DO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do Curso de Especialização em
Docência Universitária da Faculdade Católica de
Anápolis como requisito para obtenção do título de
Especialista.

Anápolis-GO, 20 de Janeiro de 2018.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Me. Wilian Cândido

ORIENTADOR

Prof^a. Ma. Allyne Chaveiro Farinha

CONVIDADA 01

Prof^a. Esp. Aracelly Rodrigues Lourdes Rangel

CONVIDADA 02

UMA VISÃO PELOS OLHOS DE QUEM NÃO VÊ: O ESTUDO DE CASO À INCLUSÃO DO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Trajano Martins Rezende¹

Wilian Cândido²

RESUMO: A presente pesquisa é sobre o discente portador de deficiência visual e a inclusão nas instituições de Ensino Superior, apontando as dificuldades sob seu olhar. Optou-se em destacar esta temática para conhecer as limitações que o discente portador de deficiência visual tem encontrado ao frequentar a universidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois discentes do ensino superior da cidade de Anápolis. Foi possível identificar, uma sobrecarga, tensão e sentimento de desapontamento, à medida que foram realizadas perguntas. A pesquisa teve o cunho investigativo com intuito de compreender o mundo do Deficiente visual. Concluiu-se que na realidade a inclusão do deficiente visual no Ensino Superior interferiu positivamente na vida, mas é imprescindível que sejam empregados instrumentos de suporte para políticas educacionais inclusivas, ampliando as ações para além dos esforços individuais do discente.

Palavras-chave: Necessidade Educacional Especial. Deficiente Visual. Ensino Superior. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia nos desafios da inclusão nas instituições de ensino superior com foco especificadamente nos deficientes visuais. Nessa perspectiva, tem-se como objetivo geral compreender a inclusão de deficientes visuais no ensino superior sob o olhar do acadêmico. Para complementar, tem se como objetivos específicos: a) descrever as dificuldades enfrentadas pelo deficiente visual ao cursar a educação superior; b) levantar com as entrevistas a realidade do discente portador

¹ Bacharel em Engenharia Civil com especialização em Docência Universitária.
trajanocivil@gmail.com

² Graduado em Pedagogia com especialização em Docência Universitária e Mestre em Ensino da Educação Básica. wiliancandido@gmail.com

de deficiência visual nas universidades públicas e privadas. Para alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se uma entrevista semiestruturada e seus relatos representados fielmente.

Visto desta forma é possível perceber que cursar o ensino superior ainda é uma grande desafio para muitos discentes em todo o país, ainda mais para os acadêmicos com deficiência visual, neste sentido esta pesquisa tem o intuito de informar e conscientizar toda sociedade que a deficiência é limitante, mas não é um fator que impossibilita a inclusão destes discentes.

A pesquisa aplicada tem como objetivo de discriminar e expor com precisão os fatos ou fenômenos do tema, a abordagem é qualitativa e procura explicar o porquê dos acontecimentos, explorando o que necessita ser feito sem identificar os valores, ou seja, os dados analisados por este método não estão baseados em números. Partindo da observação de uma situação geral, para explicar as características particulares de um objeto individual através do método dedutivo. Quanto aos procedimentos foram adotados as pesquisa bibliográfica, o levantamento e o estudo de campo.

Com base nisso, este trabalho está organizado nos temas: deficiência visual e seus conceitos, definindo os graus de perda de visão desde a cegueira até a visão subnormal; acessibilidade, descrevendo as principais barreiras a serem enfrentadas e as normas pertinentes; a tecnologia na educação do deficiente visual, apresentando os recursos mais usados na prática do ensino; o papel do docente na educação de portadores de deficiência visual, com recomendações quanto a postura do educador no processo de inclusão; o deficiente visual e a lei, onde há uma compilação de leis e por fim considerações finais.

A expectativa desta pesquisa é apresentar e informar a sociedade, aos acadêmicos, aos docentes, e os gestores das IES um pouco sobre a vida do deficiente visual através de sua própria perspectiva, no ensino superior, e nos direcionando de melhor forma em relação aos procedimentos educacionais destinados aos discentes com deficiência visual.

2 DEFICIÊNCIA VISUAL: CONCEITOS

A visão é um sentido que aproxima o ser humano ao mundo objetivo, e desempenha um papel fundamental por representar quase a totalidade das

impressões que temos do mundo. O olho é um órgão sensorial da visão, e este inclui não só a capacidade de detectar a luz e as imagens, como também apresenta como função interpretação destas imagens. (CARDOSO; MIRANDA, 2009). A deficiência visual juntamente com outros fatores pode diminuir as expectativas de uma vida profissional e empregabilidade, assim como prejudicar a motivação pela busca ou conclusão dos estudos, inclusive no ensino superior. (ALEXANDRINO et al, 2016).

“Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão ‘deficiência visual’ se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal.” (GIL, 2000, p.6).

Segundo Ausec et al (2010) a cegueira é a acuidade visual igual ou menor que 0,05 no olho mais saudável, com a melhor correção óptica. É ausência total de visão até a perda da percepção luminosa, possuindo principalmente como o meio de leitura e escrita o sistema Braille.

Define-se visão subnormal (baixa visão) à alteração da capacidade funcional provenientes de fatores como redução significativa da acuidade visual, diminuição importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. (GIL, 2000, p.6).

Conforme Gil (2000) define a visão subnormal é a incapacidade de enxergar com clareza suficiente para contar, à luz do dia, os dedos da mão a uma distância de 3 metros, ou seja, trata-se de uma pessoa que mantém resíduos de visão.

O Decreto 5.296/04 define deficiência visual da seguinte forma:

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (BRASIL, 2004, p. 2).

No Brasil, há mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão, de acordo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Visto que até 80% dos casos de cegueira são originadas de causas previsíveis e/ou tratáveis, entretanto a cada cinco segundos uma pessoa perde a visão a cada minuto e uma criança fica cega no mundo. São 285 milhões de pessoas no mundo vivendo com baixa visão ou cegueira. Desses, 39 milhões são cegas e 246 milhões têm moderada ou grave deficiência visual (WAMBURG, 2012).

Considerando este contingente de pessoas com deficiência visual, é preciso criar oportunidades para que ao menos uma grande parte tenha acesso ao ensino, como cidadãos que são e possuem esse direito. Para que isso ocorra, são necessárias algumas modificações no que tange a educação. (LEMOS, 2015).

Existem no mercado algumas IES que recebem discentes com deficiência visual. Entretanto, o fato de recebê-los não torna necessariamente este processo inclusivo. Sabe-se que todos têm direito a educação e que a mesma deva ser de qualidade. Porém, o fato de receber um aluno com deficiência visual em uma IES não significa que esta possua, efetivamente, um processo de inclusão. (MASCARENHAS et al, 2015).

Deste modo, a preparação da universidade para atender às necessidades e garantir a inclusão do aluno com necessidades especiais é primordial. Sobre esse tema, Pacheco e Costas (2006) afirmam: é essencial que os sistemas de ensino conheçam a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, por meio da criação de sistemas de informação – que, além do conhecimento da demanda, permitam a identificação, análise, divulgação e intercâmbio de experiências educacionais inclusivas – e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

3 ACESSIBILIDADE

Toda pessoa tem o direito de acessibilidade em lugares de uso comum, seguindo o direito universal [...] livre a locomoção no território [...] (Brasil, 1988, p. 2) nacional pertencente a todo cidadão. (EMMEL et al, 2010).

Segundo ABNT:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (NBR 9050, 2015, p. 2)

Para a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência), ela define os seguintes termos:

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

(BRASIL, 2015, p. 2).

A PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 determina os requisitos mínimos de acessibilidade:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas; (BRASIL, 2003, p.1).

Os principais obstáculos encontrados na maioria dos lugares de acesso público são: “[...] calçadas com buracos, escadas, portas e corredores estreitos, banheiros não adaptados, telefones públicos mal instalados, falta de sinalização ou má sinalização.” (EMMEL et al, 2010, p. 8).

Há diversas limitações encontradas pelas pessoas com deficiência visual em sua interação com a sociedade: têm grandes dificuldades para utilizar o transporte coletivo; não conseguem se locomover nas ruas de uma cidade devido aos perigos e obstáculos que dificulta ou impossibilita sua livre circulação. Essas desvantagens podem ser divididas em desvantagem ocupacional, na orientação, na independência física e na mobilidade.

[...] **desvantagem ocupacional** quando a limitação na mobilidade criar situações que impeçam ou dificultem a equiparação de oportunidades para que as pessoas com mobilidade reduzida se ocupem de espaços (ou até cargos) oferecidos a quem não tem nenhuma dificuldade de movimentação.

Desvantagem na orientação acontece quando o ambiente cria situações por si só ou através de seus elementos componentes que impeçam ou dificultem a percepção da informação ou orientação necessária para a utilização deste espaço com segurança e autonomia.

A desvantagem na independência física acontecerá quando a limitação dificultar ou impedir o indivíduo de exercer suas ações com liberdade e segurança, obrigando-o a sempre necessitar de ajuda para a movimentação física.

[...] a **desvantagem na mobilidade** que acaba por resumir todas as outras situações, pois deflagra a situação em que não acontece a equiparação nas oportunidades entre todos os indivíduos que utilizam aquele espaço, estando a pessoa de alguma forma impedida de exercer alguma ação ou movimento, seja no deslocamento ou no manuseio de algum objeto. (EMMEL et al, 2010, p. 8).

Mesmo onde há algumas adaptações, várias delas estão em desacordo com as normas adotadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que é o órgão competente que estabelece normas específicas (EMMEL, 2010).

A NBR 9050 estabelece: [...]critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. (ABNT, 2015, p. 1)

Para Bernal *et al* citado por Lemos (2015, p.32), “a falta ou redução de visão não é o principal obstáculo para a inclusão dos portadores de deficiência visual como cidadãos, plenos de direitos e deveres”, uma vez que têm todos os seus direitos assegurados por lei e inclusive o direito a educação.

A Lei Federal 7.853/89, garante o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais determina:

[...] sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. ” (BRASIL, 1989, p. 1).

Embora existam vários projetos e leis que defendam os direitos dos deficientes visuais, ainda são encontradas várias adversidades. Podem-se citar como exemplos principais: as Barreiras Arquitetônicas e as Barreiras Atitudinais, cuja existência dificulta ou até mesmo impossibilita a mobilidade, a promoção e a garantia de igualdade social e cidadania. (BRASIL, 2005).

A deficiência visual, independente do grau, implica no comprometimento da capacidade da pessoa de se orientar e de se movimentar no espaço com segurança e independência. Para alguns autores o efeito mais grave da cegueira é a limitação na orientação e na mobilidade, pois dificulta o processo de ir e vir dos alunos, impedindo que o mesmo seja autônomo e conseqüentemente frequente as IES. (GIL, 2000).

4 A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL.

O avanço na tecnologia tem oferecido recursos valiosos para o processo de ensino-aprendizagem do portador de deficiência visual. Existem dois tipos de sistema de ampliação de letras para as pessoas com visão reduzida: softwares especiais, como o programa Lentepro, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros; sistemas que permitem a ampliação direta do texto. Para pessoas com cegueira, há softwares que, com um sintetizador de voz, realizam a leitura do que aparece escrito na tela computador. No Brasil, temos alguns programas com essa tecnologia, como por exemplo, o *Dosvox*, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o *Virtual Vision*, desenvolvido pela *MicroPower*, empresa do município de São Caetano do Sul (SP). Há também equipamentos para imprimir o texto em braile. (GIL, 2000).

De acordo com Gambarato et al (2012, p. 9) “tecnologias assistivas refere-se a qualquer item, equipamento, produto ou sistema que ajude no desenvolvimento do conhecimento de pessoas com limitações”. Os autores dizem ainda que elas são caminhos que permitem a pessoa com deficiência, ter independência e autonomia na execução de suas tarefas cotidianas.

O contato e uso das ferramentas tecnológicas para algumas pessoas podem ser opcional e casual, para outras, necessário, mas pode ser tornar indispensável para outros, permitindo um convívio mais respeitoso e satisfatório, com seus semelhantes. (MASCARENHAS; et al, 2015).

5 O PAPEL DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL.

Ao examinar o desenvolvimento da educação especial no Brasil, pode-se constatar que a falta de conhecimento sobre as necessidades especiais caracteriza-se como um dos principais potencializadores da marginalização das diferenças, bem como da falta de serviços que atendam às necessidades individuais dos portadores de deficiência visual. (AUSEC, 2012).

Para Mazzoni e Torres (2005), conhecimento insuficiente dos professores sobre as necessidades específicas dos portadores de deficiência visual colabora para a formação de falsos conceitos e produz comportamentos discriminatórios.

Castanho e Freitas (2005) afirmam que a qualificação do profissional no ensino superior como agente de inclusão requer conhecimentos que ultrapassem o científico, já que o docente irá se defrontar com incertezas, singularidades e conflitos de valores durante sua atuação, dessa maneira, sendo fundamental que o docente esteja apto para encarar a realidade do contexto universitário.

Segundo Nuernberg (2009), atitudes preconceituosas vindas de professores e alunos surgem a partir da negação de que seja possível um cego aprender corretamente os conteúdos científicos de uma determinada área para, sequentemente, exercer a profissão para o qual foi certificado e também do conceito de que o portador de deficiência visual é inseguro, fraco, dependente e indefeso.

Nuernberg (2009) aponta que no modo de alguns professores se relacionar com o aluno deficiente visual há insegurança, que é reproduzida com atitudes como: não conversam com o aluno; não leem em voz alta ou ditam o conteúdo que é escrito na lousa no decorrer das aulas; não identificam as necessidades desse estudante.

A pesquisa de Masini e Bazon (2005) apontou que a falta de capacitação e de interesse de alguns docentes em ensinar o portador de deficiência visual na educação superior pode vir a comprometer decisivamente na sua formação científica; assim comprometendo, também, a futura participação do estudante no mundo profissional.

Pacheco e Costas (2006) entrevistaram coordenadores dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria, e segundo os relatos dos coordenadores, as autoras concluíram que a maior dificuldade para a que a inclusão

se realize, é a falta de preparo dos professores, uma vez que há na Universidade nove alunos com necessidades especiais e não existe uma política institucional para orientar a efetivação do processo de inclusão.

Além de produzir conhecimento, com objetivo de promover o desenvolvimento da cultura, a universidade é um meio de convívio social, sendo, dessa maneira, responsável pela promoção da cidadania, ou seja, oferecer oportunidades e incentivo à educação para todos (Castanho; Freitas, 2005).

Thoma (2006) aponta a urgência de medidas a favor da educação inclusiva, despertando para o risco da “inclusão excludente”, a qual permite acesso à universidade por meio de vestibular e/ou outros processos seletivos, porém após o ingresso do aluno portador de deficiência visual, nada promove para que sejam atendidas essas necessidades.

Para que todos tenham educação de qualidade, Prieto (2006) argumenta que a reforma educacional tem que se dar, primeiramente, na formação dos professores e que o plano de formação deve servir para que os professores se tornem capacitado ao ensino de toda a demanda escolar. Portanto, o professor não deve aceitar que a classe comum é apenas um ambiente de socialização para os portadores de deficiência. Crochík (2002, p. 282) argumenta: “sem a adesão livre, consciente e refletida dos professores, sem a consideração pela sua experiência, não há proposta educacional que possa ser bem-sucedida”.

Carvalho et al (2008) recomenda que a postura do docente universitário necessita da prática reflexiva, transcendendo as políticas públicas, pois a inclusão educacional só se realizará quando houver conhecimento sobre as fragilidades e habilidades do portador de deficiência.

O processo de ensino e aprendizagem é eficaz quando o professor oferece condições necessárias para que o aluno participe ativamente das atividades, colaborando para o processo de construção social do mesmo. (CARVALHO; DALTRINI, 2011). Conforme Pinheiro e Bonadim (2010), a conversão do livro didático em áudio (*audiobook*) e adequação das imagens em linguagem sensível ao toque facilita no processo de aprendizagem.

Segundo Santos (2005) cabe ao professor uma postura de mediador, pesquisador e motivador, colaborando para o reconhecimento e aceitação da diversidade, sendo de suma importância, portanto, que esse profissional esteja preparado para enfrentar os entraves provenientes da experiência com grupos de

diferentes e propor soluções que garantam oportunidades iguais, de modo que o aluno com necessidades especiais, assim como os demais, venha a participar ativamente no processo de aprendizagem.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Considera-se necessária a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsáveis pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão. (PACHECO; COSTA, 2006).

6 O DEFICIENTE VISUAL E A LEI

Confira abaixo as principais leis, decretos e órgãos quem amparam as pessoas com deficiência:

- Coordenadoria para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conhecida como “CORDE” é o órgão federal responsável em coordenar e fiscalizar o cumprimento da lei em nível federal, estadual e municipal.

- Lei nº. 7853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei garante o acesso à escolaridade em todos os níveis de ensino e currículos adaptados e voltados a atender as deficiências.

- O Decreto Federal nº. 3298/99, que regulamentou a Lei nº. 7853 garantiram direitos legais a todos os cidadãos brasileiros portadores de deficiência em solo brasileiro referentes à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, aos transportes, às construções públicas, à habitação, à cultura e outros.

- Lei nº. 10.172 de nove de janeiro de 2001 Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. A Resolução CNE nº. 02, de 11 de setembro de 2001, abordam as Diretrizes para Educação Especial

na Educação Básica, assegurando acessibilidade aos alunos em todos os níveis de escolaridade.

- Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, traçou diretrizes de acessibilidade ao ensino superior para portadores de deficiências. Esta portaria instituiu requisitos de acessibilidade como vagas em estacionamentos, rampas, adaptações em estabelecimentos, mudanças estruturais permitindo melhorias de acessos aos deficientes.

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Decretoº 2.208/97 regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Decreto nº 7.611, De 17 de Novembro de 2011 dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

A existência de uma legislação brasileira, considerada avançada por formuladores de políticas educacionais, mesmo que mais direcionadas para o ensino básico já caracteriza um grande avanço no caminho da educação inclusiva, visto que amplia o debate sobre o tema, e acaba atingindo também o ensino de nível superior, por proporcionar a um maior número de pessoas com deficiência a oportunidade de concluírem a educação básica, e conseqüentemente aumentando a demanda de escolarização superior, obrigando a IES a se adequarem conforme a lei.(MASCARENHAS et al, 2015).

7 ANÁLISE DE DADOS

Os critérios de seleção dos participantes foram os seguintes: (1) ser deficiente visual; (2) ser egresso da educação superior; (3) ter disponibilidade para participar da pesquisa.

Com relação às entrevistas, foram entrevistados dois alunos que apresentam baixa visão com pouca acuidade visual, intuindo exclusivamente variações de luminosidade e vultos. O questionário informa também que o aluno com baixa visão

tem domínio de computador. Os alunos conhecem aplicativos e/ou programas, mas não utilizaram. Quanto ao Braille, nenhum dos alunos leem e escrevem Braille (Quadro I).

Quadro 1 -Resumo dos resultados do questionário

Aluno	Curso	Sexo	IES	Idade	Idade em que a deficiência se agravou	Causa da deficiência	Lê e Escreve Braille	Uso de DOSVOX e/ou Lentrepro
A	Direito	Mas	Privada	26	15 anos	Ceratocone	Não	Não
B	Física	Fem	Pública	44	7 anos	Acidente	Não	Não

Fonte: Autor - Pesquisa de campo, 2018.

Os dados coletados possibilitam levantar aspectos fundamentais para que os acadêmicos com deficiência visual possam ser incluídos na universidade. O primeiro questionamento realizado diz respeito aos recursos tecnológicos, se os mesmos são apropriados e suficientes para realizar o curso na IES. Sobre o tema segue os depoimentos:

Não, há alguns anos atrás não tinha muito tecnologias para isso. (A).

Não. Quando eu estava na Universidade, o coordenador de inclusão disse que ia me passar um programa, que ia facilitar, que ia ler que não sei o que, mas era “pirateado” e não deu certo. (B).

Referente às condições físicas das instituições, decorrente, principalmente, da autonomia de locomoção para o acesso as IES, eles expuseram:

Como enxergava bem o vulto de tudo, não tinha problema para ir e voltar para a faculdade, bastava apenas perguntar qual ônibus estava passando “pra” alguém. (A).

Como é no campus, acho que qualquer outro seria o mesmo. A noite escuridão, eu não conseguia anda sozinha, subir e descer escada não consigo, tinha ônibus ler em cima a indicação de qual ônibus seria também eu não consigo. As vezes os meninos algum professor me levava até no DAIA eu ficava esperando ônibus, perdia ônibus pra caramba, na hora de chegar em casa, como o pessoal “tava” assaltando muito no bairro que moro o bairro muito distante que é “tava” muito perigoso, “tava” junto a um conjunto de tudo. (B).

Algumas, principalmente a biblioteca que tem escadas e precisa de pedir pessoas para te descer, ou dá uma volta muito grande para usar a biblioteca da universidade. A luminosidade, era muita, não tem luz própria,

mas sei lá, a claridade me prejudica e não dava “pra” enxergar os dois lados do quadro, mesmo com o óculos tufo feitinho não dá, é complicado. (B)

Os alunos participantes da pesquisa relataram em seus depoimentos que os professores não fazem adaptação de materiais e/ou das avaliações a serem utilizados em seus cursos, o que compromete o acompanhamento dos alunos deficientes às aulas, como se pode observar nos depoimentos a seguir:

Não tinha nenhum material deste tipo no acervo da faculdade. As avaliações elas eram iguais para todo mundo. Não tinha muita inclusão, quando pedia prova adaptada, a resposta era que vinha tudo da secretaria e não podia ser feito. (A)

Para eles, eles pensam que é só ampliar uma prova, e não é bem assim. Algumas provas eram ampliadas, outras não, já quando eu voltei pela última vez eles estavam ampliando a prova, mas mesmo assim eu “tava” com dificuldade eu “tava” cansada de ir lá ficar o dia todo na Universidade falando fazendo teste com psicólogo e tudo e não resolveu. Os professores estão despreparados, não tem outro nome, eles tão muito despreparado pra aceitar quem tem deficiência, que é inclusão é um desafio, é algo impossível. (B)

Os alunos apontam que precisam esperar a disposição e disponibilidade de colegas, amigos e familiares para realizarem as leituras e estudos dos materiais utilizados nos seus cursos, como exposto:

Todos os colegas ajudavam, emprestavam caderno e até copiavam para mim. Total ajuda da minha família, meu pai foi o grande responsável pela minha cura. (A).

Ajudavam muito, eles me ajudavam demais. Olha meus filhos sempre me “ajudou”, principalmente os dois mais novos, a Karla e o Leonan toda vida. Então me ajudam a andar, Karla me buscava no ponto de ônibus, o Leonan ia muitas vezes na faculdade “pra” copiar. A Karla me buscava e colocava no ônibus, então da família sim, de alguns. (B)

Quanto aos funcionários que trabalham na IES, o acadêmico A, diz que não teve muito contato, já o B, relata que o tratamento não era o adequado e para matricularem houve resistência. Seguem os relatos:

Não tinha contato com eles. (A)

Também já falei várias vezes, três professores muito bem, os outros funcionários não posso questionar, o coordenador da inclusão péssimo trabalho, porque “pra” mim como ele também é um incluso ele deveria tratar as pessoas diferente, com mais educação, muito grosso, sem educação e falou que eu tinha que me virar em muitas coisas, prometeu uma bolsa

auxílio que era pra colocar petróleo pra alguém me buscar da universidade, disse que nunca conseguiu, que foi vetado e não sei o que. Não fazia porcarias nenhuma, o coitado do Ag. vivia sofrendo. No primeiro dia de aula foi tranquilo, o difícil foi fazer a matrícula e os professores aceitarem que eu tinha alguma dificuldade, então o coordenador mesmo que entrou na época Luciano ele não entendia bem, agora o João A. lutou muito “pra” mim continuar no curso, não desistir, só por era ele lutando sozinho contra a universidade toda. (B)

Perguntados se sentiam excluídos ou incluídos nas instituições, e se já passaram algum constrangimento ou vivenciaram atitudes preconceituosas, as respostas foram:

Não vejo como preconceito, mas todo mundo achava muito engraçado a forma que eu lia, com o rosto praticamente colado no papel. Na faculdade eu era considerado normal, para eles eu não tinha problema algum, de certa forma isso é um tipo de inclusão, entretanto quando necessitava de algum tipo de auxílio, como provas adaptadas era sempre negado. (A)

Excluída, na maioria das vezes excluída demais, em todos os lugares igual comentei anteriormente que teve professor que colocou a prova uma determinada avaliação em uma folha de papel almaço sem linhas, escreveu enorme e jogou lá dentro como se fosse uma obrigação, se eu tivesse fazendo uma coisa errada. (B)

Em síntese, vê-se que, no dia a dia nas instituições de ensino superior os alunos com deficiência visual, vivem situações de inclusão e de exclusão. Não há manifestações de preconceito por parte de colegas de sala. No entanto, a ausência de adaptações curriculares para a acessibilidade resulta na exclusão do conteúdo, que é passado sinteticamente aos alunos. A análise dos dados indica, portanto, que os discentes e seus colegas de classe recebem uma pseudoformação, uma vez que todos são formados em ambiente com pouca valorização da diferença. A presença de barreiras à aprendizagem e à participação que poderiam ser, facilmente, eliminadas, indicam que a escola tem como foco o desempenho dos alunos que não possuam deficiências. Estas IES podem ser considerada como tendo baixo grau de inclusão. Embora a socialização dos alunos ocorra, sua aprendizagem está sendo parcialmente negligenciada. É necessário lutar para que essas pessoas – e todas as outras – recebam uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o papel social da universidade e seu compromisso em não ser indiferente às diferenças. Uma Universidade inclusiva significa uma Universidade para todos, na qual a diversidade seja considerada, e o ensino e a aprendizagem sejam adequados para todos os alunos. Independente se seja ou não portadores de alguma deficiência.

A falta de atenção para com os alunos deficientes visuais, por parte das instituições, constitui-se em uma das causas da exclusão e até a desistência dos mesmos dentro do ambiente universitário. As grandes barreiras identificadas estão relacionadas com a acessibilidade ao espaço físico, e, também com as atitudes inadequadas praticadas por alguns docentes, as quais não permitem a equiparação de oportunidades entre os alunos, que é princípio básico legal, seja uma realidade. A inexistência de apoio técnico e materiais adequados pedagógicos são exemplos de obstáculos ao desenvolvimento do aprendizado dos deficientes visuais na educação superior.

Para que ocorra a inclusão de alunos com deficiência visual na universidade faz-se necessário o cumprimento das leis, a modificações de práticas pedagógicas e posturas atitudinais menos preconceituosas. Aconselhe-se ainda, que as instituições de educação ampliem as discussões sobre o currículo e produção do conhecimento, criem setores responsáveis para avaliar a acessibilidade do espaço físico, conselhos de acompanhamento do aluno matriculado, da mesma forma que ofereçam cursos de capacitação contínua para os docentes e equipe técnica sobre didática e interpretação da legislação vigente sobre a educação inclusiva.

Como sugestão de novas pesquisas propõem-se os seguintes temas: como atrair novos alunos com deficiência visual para a IES e a capacitação dos docentes frente a inclusão.

Espera-se que esta pesquisa venha contribuir com os docentes, pesquisadores, sociedade em geral e as IES, apresentando as dificuldades e limitações enfrentadas no ambiente da Educação Superior pelos deficientes visuais, pois os mesmos precisam ter um ambiente que os acolham e propicie o processo de aprendizagem, sendo fundamental o conhecimento e a discussão da comunidade acadêmica a respeito do tema.

ABSTRACT

The present research is about the student with visual deficiency and the inclusion in the institutions of Higher Education, pointing out the difficulties under his eyes. It was decided to highlight this theme to know the limitations that the student with visual deficiency has found when attending university. Semi-structured interviews were conducted with two higher education students from the city of Anápolis. It was possible to identify an overload, tension and feeling of disappointment as questions were asked. The research had the investigative character in order to understand the world of the Visually impaired. It was concluded that in reality the inclusion of the visual impairment in Higher Education interfered positively in life, but it is essential that instruments be used to support inclusive educational policies, broadening the actions beyond the individual efforts of the student.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas – **Norma Brasileira 9050/2015, válida a partir de 11/10/2015.** Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

ALEXANDRINO, E.G et al. **Desafios dos alunos com deficiência visual no Ensino Superior: um relato de experiência.** Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc. Santa Cruz do Sul, 2016.

AUSEC, I et al. **Deficiência visual no ensino superior: capacitação docente para inclusão.** In III SEMINÁRIO SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR. Atas.... Londrina, 2012.

BRASIL. **Decreto 5.296/04 que regulamenta as Leis 10.098/00 e 10.048/00,** 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n. 7.853/89, de 24 outubro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível;** Ministério das Cidades. 2006.

CARDOSO, L.V; MIRANDA, A. AP. **Deficiência visual: dificuldades vivenciadas no contexto universitário.** In V CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina, 2009.

CARVALHO, E., Fontoura, I., Tosato, M. G. e Silva, V. S. (2008). Qualificação de docentes em ensino superior na temática da Inclusão. XII INIC / VIII EPG – UNIVAP, pag. 01-04.

CARVALHO, J. O. F.; DALTRINI, B.M. **Educação a distância: uma forma de inclusão do deficiente visual no ensino superior.** 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/66.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CASTANHO, D. M &; FREITAS S. N. (2005). **Inclusão e prática docente no ensino superior.** In: Revista Educação Especial. Santa Maria, n. 27, 2005.

CROCHÍK, J.L. **Apontamentos sobre a educação inclusiva.** In: SANTOS, G.A.; SILVA, D.J. (Orgs). *Estudos sobre Ética: a construção de valores na sociedade e na educação.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 279-297.

DALLABONA, G. K. (2011, 06). **A inclusão de deficientes visuais no curso superior na educação a distância.** Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/66.pdf>>. Acesso em: 17 nov.2017.

EMMEL, M.L.; GOMES, G.; BAUAB, J.P. **Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira.** Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/3698>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

GAMBARATO, Viviane Toledo Santos; BATISTA, Ana Paula; GIANDONI, Larissa de Souza. **Uso de tecnologias assistivas na educação superior tecnológica.** Disponível em: <<http://www.fatecbt.edu.br/seer/index.php/tl/article/view/126/113>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

GIL, M. (org.), **Deficiência Visual.** MEC. Cadernos da TV Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2000.

LEMOS, E. S. **Acessibilidade para pessoas com deficiência visual em cursos no Moodle: Guia para professores**. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Educacionais em Redes). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MASCARENHAS, M. P. F.; SÁ, D.C.; SANTOS, N.R.C. **Inclusão de pessoas com deficiência visual: um estudo de caso em uma IES da RMBH. 2015**. Disponível em: < <http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume5/6.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2018.

MASINI, E. F. S.; BAZON, F. V. M. **A inclusão de estudantes com deficiência, no ensino superior**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. Anais da 28ª Reunião Anual. Caxambu: ANPEd, 2005.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F. **A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ed. 30, p. 1-12, abr. 2005.

NUERNBERG, A. H. **Rompendo barreiras atitudinais no contexto do ensino superior**. In: ANACHE, A. A.; SILVA, L. R. (orgs.). Educação Inclusiva: experiências profissionais em Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

PACHECO, R.V. & COSTAS, F.A.T. P (2006). Processo de inclusão de **acadêmicos com NEE na Universidade Federal de Santa Maria**. Revista Educação Especial.

PINHEIRO, F. B.; BONADIM, T.C. **Tecnologias para a Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino a distância**. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/47895095/Tecnologiaspara-a-Inclus%C3%A3o-de-Alunos-com-Defici%C3%Aancia-Visual>>. Acesso em: 9 ago.2014.

SANTOS, A. R. F. dos. et al. (2005). **O professor e a inclusão**. Educação Inclusiva. Sociedade brasileira de referência em educação inclusiva. Guarujá, 2005

PRIETO, R.G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (Org). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73

THOMA, A. S. (2006). **A inclusão no ensino superior**: “– ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”. GT Educação 1485 Especial, n. 15. 29. Reunião Anual da Anped, Caxambu, MG, 15 a 18 de outubro de 2006.

WAMBURG, J. **No dia mundial da visão no Brasil procure prevenir a cegueira**. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-1011/no-dia-mundial-da-visao-brasil-procura-prevenir-cegueira>>. Acesso em: 10 nov.2017.

ANEXO A

Questionário apresentado aos discentes universitários com deficiência visual.

1. ENTREVISTA

- 1.1. Qual é seu nome e sua idade?
- 1.2. Qual é a sua acuidade visual?
- 1.3. Você enxerga com clareza suficiente para contar, à luz do dia, os dedos da mão a uma distância de 3 metros?
- 1.4. Qual a causa de sua deficiência?
- 1.5. Com quantos anos você teve agravamento da perda visual?
- 1.6. Consegue ler com o auxílio de algum aparato tecnológico, com variação de iluminação ou com ampliação?
- 1.7. Você lê e escreve Braille?
- 1.8. Você utiliza o computador?
- 1.9. Como utiliza o computador?
- 1.10. Você conhece algum programa ou aplicativo que possa ajudar?
- 1.11. Como se informou do processo seletivo e como foi o processo?
- 1.12. Em instituição de ensino superior pública ou privada?
- 1.13. Que curso você faz?
- 1.14. Se foi interrompido, me explique o porquê?
- 1.15. Você estuda com leitor, usa gravador?
- 1.16. Primeiro dia de aula na educação superior e o estranhamento?
- 1.17. Barreiras enfrentadas no trajeto de ida e volta para a instituição de ensino superior?
- 1.18. Barreiras físicas na instituição de ensino superior?
- 1.19. Conhece algum aluno com a mesma deficiência?
- 1.20. Disponibilidade do material didático adaptado?
- 1.21. As avaliações são devidamente preparadas para te atender?
- 1.22. Solidariedade e boa vontade?
- 1.23. Há preconceito e discriminação?
- 1.24. Docentes e a inclusão?
- 1.25. Como é o tratamento oferecido pelos funcionários da instituição?
- 1.26. Os colegas de classe tem incentivado, tem ajuda?

1.27. A Família, tem incentivado, tem ajuda?

1.28. Incluído ou Excluído?

1.29. Qual o ano de formação ou interrupção?

BENEFÍCIOS: Espero que este estudo possa colaborar com a construção de uma consciência coletiva, com finalidade de demonstrar as pessoas a real necessidade destes discentes. E também como é desafiador a formação do discente com deficiência visual, e mostrando ao docente as verdadeiras necessidades do discente contemporâneo.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação nesta pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informamos que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

TRAJANO MARTINS REZENDE: _____

Assinatura dos Pesquisadores Participantes:

TRAJANO MARTINS REZENDE: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, NOME, inscrito no CPF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, portador da R.G nº xxxxxxxx ssp-go, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) – Trajano Martins Rezende - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Anápolis, _____ de _____ de 2018.

Nome
Pesquisado

Trajano Martins Rezende
Pesquisador